

NOTÍCIAS DO BRASIL

Copom corta juros sob choque geopolítico, e mercado vê espaço mais estreito para alívio da Selic

PUBLICADO 18/03/2026 • 19:46 | ATUALIZADO HÁ 2 DIAS

Amanda Souza

COMPARTILHAR



Foto: Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

Fachada do Banco Central.

A redução da Selic para **14,75%** ao ano foi interpretada pelo mercado menos como o começo de um ciclo de alívio mais firme e **mais como a abertura de uma fase de calibragem cautelosa**, condicionada principalmente aos efeitos da guerra no Oriente Médio sobre inflação, câmbio e commodities.

Entre os analistas ouvidos pelo **Times Brasil — Licenciado Exclusivo CNBC**, a leitura predominante é que o Banco Central tentou preservar dois objetivos ao mesmo tempo: iniciar a flexibilização monetária após um longo período de juros restritivos, mas sem perder o controle da narrativa num momento em que o choque do petróleo volta a contaminar o cenário inflacionário.

Para Ricardo Trevisan, CEO da Gravus Capital, a principal explicação para a cautela está no repique recente das commodities energéticas e no potencial de transmissão disso para preços domésticos mais inerciais. “O petróleo saltou de US\$ 72 para uma média de US\$ 103 por barril em poucas semanas, impulsionado pela escalada do conflito entre Estados Unidos, Israel e Irã. Isso pressiona diretamente a cadeia de combustíveis, frete e alimentos no Brasil, vetores clássicos de repasse inflacionário com alta inércia.”

A leitura de Rafael Pastorello, portfolio manager do Banco Sofisa, aprofunda esse ponto ao enfatizar não apenas o choque em si, mas a dificuldade de estimar sua persistência. “As incertezas associadas ao conflito no Oriente Médio atingiram um novo patamar, sobretudo diante das dúvidas quanto à sua extensão e duração.”

Segundo ele, esse tipo de choque de oferta pode retardar justamente a desinflação que o Banco Central vinha projetando. “Choques de oferta dessa natureza tendem a ter efeitos persistentes caso o conflito se prolongue, configurando um vetor altista para a inflação e podendo retardar o processo desinflacionário anteriormente projetado nos modelos do Banco Central.”

Na avaliação de **Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating**, essa mudança de ambiente já altera de forma concreta a trajetória esperada da política monetária. A casa revisou para cima suas projeções para a Selic no fim de 2026 e 2027 e vê um BC mais conservador enquanto tenta medir os efeitos do conflito sobre atividade e inflação.

O ponto central da leitura é o impacto potencial do petróleo sobre o IPCA: segundo a Austin, a alta da commodity pode acrescentar pelo menos 0,6 ponto percentual à inflação acumulada em 12 meses.

Se o choque externo ajuda a explicar a cautela, o quadro doméstico ajuda a entender por que o ciclo começou mesmo assim. Trevisan chama atenção para a perda de tração da economia no fim de 2025, com enfraquecimento de serviços e comércio, enquanto Ricardo Hiraki, CEO da Plano Fintech de Educação Financeira, observa que o corte tem, por ora, mais valor de sinalização do que de estímulo efetivo.

“Do ponto de vista econômico, esse primeiro corte tem um caráter mais sinalizador do que efetivamente estimulativo no curto prazo”, afirma Hiraki. Na avaliação dele, a taxa segue alta o suficiente para manter o crédito caro, mas o início do ciclo pode melhorar expectativas e destravar decisões de investimento e consumo mais adiante.

Bruno Perri, economista-chefe e sócio-fundador da Forum Investimentos, acrescenta um terceiro eixo à análise: o Copom não apenas reagiu ao choque externo, mas também procurou deixar explicitamente aberta a possibilidade de mudar de rota. “O comitê foi muito enfático ao deixar claro

que os próximos passos do COPOM serão bastante sensíveis ao monitoramento de variáveis-chave.” Para ele, a mensagem embutida é que ainda há espaço para novo corte de 25 pontos percentuais, mas esse caminho ficou mais estreito e mais dependente do comportamento do câmbio, dos combustíveis e das expectativas.

Essa leitura aparece também na ênfase dada por Pastorello ao trecho do comunicado que menciona possíveis “ajustes no ritmo dessa calibração” à luz de novas informações. Para ele, esse foi o sinal mais importante da decisão, porque mostra que o BC não assumiu compromisso rígido com um ritmo de queda e preferiu manter liberdade para desacelerar ou até interromper o processo, caso o balanço de riscos piore.